



GT – POVOS INDÍGENAS
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

**DOCUMENTO DE COLABORAÇÃO AO GT – POVOS ORIGINÁRIOS DA
EQUIPE DE TRANSIÇÃO 2022/2023 DO GOVERNO FEDERAL**

O Grupo de Trabalho de Povos Indígenas da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Povos Indígenas/ANA) vem cumprimentar o GT de Povos Originários da equipe de transição 2022/2023 do Governo Federal e saudar a importante vitória eleitoral do Presidente Luís Inácio Lula da Silva no último dia 30 de Outubro.

Ao mesmo tempo, viemos trazer um documento com colaborações, demandas e informes, sobretudo acerca da temática da Agroecologia nos territórios indígenas brasileiros, que impactam diretamente sobre os modelos de uso, convivência, proteção e produção das terras indígenas. Nesse sentido, destacamos que:

Informes

1. O GT Povos Indígenas da ANA é formado por lideranças indígenas de diversos biomas que atuam em seus territórios e no movimento indígena de forma a levar a compreensão de que o modelo de produção executado milenarmente pelos Povos Indígenas é a única alternativa para evitar o colapso ambiental e social que se encaminha globalmente.
2. Incidimos em organizações como a Articulação Nacional de Agroecologia, a Associação Brasileira de Agroecologia e desenvolvemos parcerias com entidades como Fiocruz e Universidades que lidam diretamente com o movimento agroecológico. Também buscamos fortalecer nossas bases e alguns membros do GT atuam em organizações de base como CAIANAS (Povo Terena), AJPI (Povo Tingui Botó), Citupi (Povo Tupinambá), etc. Também buscamos diálogos com outros movimentos sociais da causa LGBTQIA+, Movimento Negro, MST, MPA e demais parceiros de atuação em rede.
3. Temos contribuído com espaços de mobilização do movimento agroecológico como nos Encontros Nacionais de Agroecologia (2014 e 2018), Congresso Brasileiro de Agroecologia (2015, 2017, 2019 e 2023) e em anos anteriores participamos de instâncias institucionais como a elaboração do Plano Nacional de Agroecologia durante o Governo Dilma Rouseff. A saber, no III ENA em Belo Horizonte em 2018, organizamos uma plenária de povos indígenas para socialização do conhecimento agroecológico levando cerca de 130 lideranças pertencentes a 36 povos indígenas de todas as regiões do país.

Colaborações

4. A ascensão da extrema direita ao poder nos últimos anos aliado a pandemia, trouxeram diversos retrocessos ao nosso campo, impossibilitando diversas articulações. No entanto, a perspectiva para o próximo período é de esperança, e dessa forma buscaremos ampliar nossas bases, qualificar as discussões acerca da importância de termos terras indígenas demarcadas, produtivas e preservadas e fortalecer o movimento indígena com ampliação da participação indígenas nos espaços de discussão e elaboração de políticas públicas pelo governo vindouro.

5. Compreendemos que diversas políticas públicas com impactos positivos foram esquecidas nos últimos anos e precisam ser resgatadas e valorizadas com orçamento adequado a realização da implantação das ações.

Demandas

6. PAA, PNAE, PNHR, Programa de Cisternas, PRONAF, PNAPO, PNGATI e outros programas e políticas importantes para PCTs e toda população brasileira precisam ser resgatados e fortalecidos.

7. Instâncias como CNPI, Consea, CNAPO e CNPIR devem com urgência ser reativadas e voltarem a atividade com democratização da participação da sociedade civil organizada.

8. O combate aos licenciamentos de agrotóxicos, transgênicos e afins precisa ser fator fundamental dos órgãos indigenistas, sobretudo no controle dessas mazelas nos territórios indígenas.

9. Solicitamos a criação de uma Secretaria de Etnodesenvolvimento e Agroecologia como pasta do Ministério dos Povos Originários, que seja secretariado por indígena e atuando na produção sustentável das TIs.

10. Solicitamos apoio à realização do I Encontro Nacional de Agroecologia Indígena, a ser realizado no ano de 2023.

11. Que as agências de financiamento como BNB, Banco da Amazônia Caixa, Banco do Brasil e BNDES desenvolvam linhas de crédito para incentivar as populações indígenas em seus potenciais produtivos.

12. Que os órgãos indigenistas contribuam com ações voltadas ao desenvolvimento de práticas sustentáveis, de reflorestamento, agro florestas, etnoturismo sustentável, restauração de biomas, criação do selo indígena, e roçados tradicionais através de disponibilização de ATER, crédito, incentivo, fomento e participação social.

Dessa forma, compreendemos que o fortalecimento das práticas tradicionais como estratégia de defesa e manutenção do/no território em parte dependem de políticas públicas que facilitem o acesso e estimulem os indígenas a permanecerem usufruindo de seus territórios de forma produtiva e sustentável. A demarcação de todas as TIs é fundamental para que as políticas públicas cheguem até os povos indígenas, e para além das demarcações estamos e estaremos atentos a essas demandas trazidas e esperamos contribuir com a equipe de transição, assim como com governo no próximo período.

GT Povos Indígenas – Articulação Nacional de Agroecologia

25 de Novembro de 2022